



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2021.**

**INFORMAÇÕES GERAIS.**

<b>Nome da Entidade:</b> Câmara de Vereadores do Município de Tamandaré /PE.
<b>CNPJ:</b> 08.114.092/0001/42
<b>Natureza Jurídica da Entidade:</b> 106 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
<b>Principal Atividade da Entidade:</b> 84.11.6-00 – Administração Pública em Geral
<b>Domicílio da Entidade:</b> <b>Praça Constantino Gomes, S/N, centro, Tamandaré/PE CEP 55565-000 – Telefone: 081.3688.1794</b>
<b>Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade:</b> A Câmara Municipal de Tamandaré possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 Órgão Público do Poder Legislativo, sendo sua atividade classificada como: Administração Pública em Geral.
<b>Dados do Presidente</b> Gilson Carlos dos Santos Período de Gestão: 01/01/21 a 31/12/2022
<b>Dados do Contador:</b> Nome: Amaro José da Silva CRC/PE. 15.106/O-6 Email: <a href="mailto:amaro22864@hotmail.com">amaro22864@hotmail.com</a>
<b>Declaração de conformidade com a legislação e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.</b> A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Tamandaré , compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021,



apresenta adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

## **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade

aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.



## **Estrutura a Legislação e as Normas de Contabilidade ao Setor Público**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e

Extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Base de Mensurações Utilizadas:**

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.

**Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.****BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****Resultados das Receitas Orçamentárias:**

A receita orçamentária da entidade, é composta dos valores repassados a título de duodécimo, conforme determina o artigo 29-A da Constituição Federal.

**Resultado da Despesa Orçamentária:**

A dotação inicial totaliza R\$ 3.480.000,00, e o total da dotação atualizada permaneceu a mesma R\$ 3.480.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 3.314.842,81, o liquidado R\$ 3.314.842,81 e o pago R\$ 3.314.842,81. A economia orçamentária foi de R\$ 165.157,19 (calculada através da diferença da dotação atualizada e o valor empenhado). O coeficiente de execução orçamentária foi de 95,25%.

**Resultado da Execução Orçamentária:**

Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas R\$ 3.314.951,19, menos as despesas empenhadas R\$ 3.314.842,81 houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 165.048,81. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura



<p>definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. E que recebemos R\$ 3.314.951,19 do Poder Executivo a título de Transferências Financeiras.</p>
<p><b>Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Não Processados.</b> Não há nenhum registro contábil de Restos a Pagar não Processados</p>
<p><b>Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Processados.</b> Não há nenhum registro contábil de restos pagar processados .</p>
<p><b>Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Processados Liquidados</b> Não ficou saldo de restos a pagar não processados liquidados no exercício.</p>
<p><b>Utilização de superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou extraordinários.</b> Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.</p>
<p><b>Despesa Executada por tipo de Crédito (inicial, suplementar, especial ou extraordinário)</b> Das dotações orçamentárias iniciais e créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 3.314.842,81. Não foram abertos créditos especiais e extraordinários</p>
<p><b>Atualização Monetária autorizado por lei e após a publicação da LOA</b> Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo</p>

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



<p><b>Passivos Contingentes e compromissos contratual não reconhecidos.</b> Não se aplica a este demonstrativo</p>
<p><b>Divulgações não financeira.</b> Não se aplica a este demonstrativo.</p>
<p><b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p><b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo</p>
<p><b>Reconhecimento das Retenções</b> O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.</p>

## **BALANÇO FINANCEIRO**

### **INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

<p><b>Transferências Financeiras Recebidas.</b> Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2020, totalizaram R\$ 3.314.951,19, sendo estas derivadas dos repasses recebidos do Poder Executivo, conforme definido na legislação.</p>
<p><b>Ingressos Extra Orçamentários.</b> Os ingressos extra orçamentários totalizam R\$ 614.766,97, sendo compostos pelas as contas Consignações.</p>



<b>Saldo Bancário Anterior:</b> O saldo disponível em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00
<b>Despesa Orçamentária:</b> A despesa orçamentária no exercício foi de R\$ 3.314.842,81
<b>Transferências Financeiras Concedidas.</b> Não houve transferência concedida no exercício de 2021
<b>Desembolsos Extra Orçamentários.</b> Os desembolsos extra orçamentários totalizaram R\$ 614.766,97, correspondente a consignações (IRRF, INSS, RGPS, ISS, pensão alimentícia, empréstimos consignados e outros)
<b>Saldo Bancário para o Exercício Seguinte.</b> O saldo disponível em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00
<b>Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos.</b> Não se aplica ao Poder Legislativo.

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.**

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos</b> Não se aplica a este demonstrativo
<b>Divulgações não Financeiras.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
<b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

**Reconhecimento das Retenções:**

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

**BALANÇO PATRIMONIAL****RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS****Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

**Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**





Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAS: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e

Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDS o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Bases de mensuração utilizadas.**

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina o CFC. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP. Os valores intraorçamentários foram considerados neste demonstrativo.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

No exercício de 2021 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP as contas em circulante e não circulante, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande



objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ativo Circulante.**

O saldo do Ativo Circulante deixado na conta caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional em 31/12/2021 somam R\$ 0,00 e no exercício de 2020 que foi de R\$ 0,00

**Estoque/Almoxarifado.**

Não há registro de Estoque/Almoxarifado.

**Créditos a Curto e Longo Prazo:**

Não houve registro de créditos a curto e longo prazo.

**Ativo Realizável a Longo Prazo.**

Não há registro de créditos a longo prazo.

**Imobilizado**

O valor do imobilizado no final do exercício de 2021 foi de R\$ 348.101,51, sendo R\$ 135.352,07 para bens móveis e R\$ 249.860,18 para bens imóveis, com uma depreciação, exaustão e amortização acumuladas no valor de R\$ 37.110,74. Não houve incorporação de bens móveis e/ou imóveis durante exercício de 2021



<b>Intangível.</b> Não existe registro de Ativos Intangíveis
<b>Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.</b> Não Houve registros de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no exercício de 2021.
<b>Demais Obrigações a Curto Prazo.</b> Foi registrado obrigações a curto prazo no valor de R\$ 0,00
<b>Saldo Patrimonial.</b> O saldo patrimonial ao final do exercício de 2021, totalizou um superávit de R\$ 253.933,86, totalizando R\$ 348.101,51, quando somado ao saldo anterior de R\$ -94.167,65 e ajuste no exercício de R\$ 0,00
<b>Demais Elementos Patrimoniais.</b> Não houve registros nos atos potenciais ativos e passivos

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

<b>Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos</b> Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
<b>Divulgações não financeiras.</b> Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b>



Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.**

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

**Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.



### **Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

### **Bases de mensuração utilizadas.**

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a



Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciable/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

No exercício de 2021. foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP as contas em circulante e não circulante, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Modelo de Elaboração do Demonstrativo das Variações Patrimoniais-DVP.**

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05.

**Redução ao valor recuperável do Ativo Imobilizado.**

**Não houve registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.**  
É relevante informar que em consonância com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional



– STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2020 no caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

**Baixas de Investimento.**

Não houve registro de baixas de investimentos

**Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:**

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 380,00, referente aquisição de bens móveis e imóveis. Não houve desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.

**Variações Patrimoniais Aumentativas.**

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 3.314.951,19

**Variações Patrimoniais Diminutivas.**

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 3.329.905,16

**Resultado econômico (patrimonial) do exercício.**

O resultado patrimonial do exercício de 2021, foi de R\$ (14.953,97)

**Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF).**

Não houve alienação de bens durante o exercício de 2021.

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.**

**Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.**

Não se aplica a este demonstrativo.

**Divulgações não Financeiras.**

Não se aplica a este demonstrativo.



**Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.**

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**

**RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

**Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor





público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE

**Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Bases de mensuração utilizadas.**

A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Fluxos de Caixa. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBCT SP 16.6

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto as Fluxos de Caixa.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:****Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:**

O valor dos ingressos totaliza R\$ 3.929.718,16, enquanto os desembolsos foram de R\$ 3.929.338,16, logo, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R\$ 380,00, (proveniente da diferença dos ingressos e os desembolsos).

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.**

O valor dos ingressos das atividades de Investimentos foi de R\$ -380,00

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos.**

Não houve ingressos das atividades de financiamentos da entidade.

**Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.**

O valor do caixa e equivalente de caixa vindo do exercício de 2020, foi de R\$ 0,00. Ao final do exercício de 2021 o valor do caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 0,00.



--

## **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Divulgações não Financeiras.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
<b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.
<b>Reconhecimento das Retenções.</b> O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido

## **DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

### **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

<b>Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis.</b> Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as
--



regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE

**Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a Dívida Flutuante do Poder Legislativo que são os compromissos prontos para pagamento, ou seja, que independem de autorização orçamentária para serem realizados, que foi contraída, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa. Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende: I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; II - os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e de juros da dívida fundada); III - os depósitos (consignações ou cauções e garantias recebidas em função de execução de obra pública, por exemplo); IV - os débitos de tesouraria (ARO – operações de crédito por antecipação de receita destinadas a cobrir insuficiências de caixa ou tesouraria).

**Bases de Mensurações Utilizadas.**

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional –

STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação das dívidas e dos valores consignados e dos restos a pagar inscritos no exercício.

**Novas normas e políticas contábeis Alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:****Modelo de Elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante.**

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05 e pela exigência da Resolução TC 153/2021. A dívida flutuante desta casa legislativa em 2020, era de R\$ 0,00. Em 2020, permaneceu em R\$.0,00

**Restos a Pagar Processados**

Não houve inscrição de restos a pagar processados.

**Restos a Pagar Não Processados**

Não houve inscrição de restos a pagar não processados.

**Depósitos e Consignações**

O valor dos depósitos e consignações referente a retenção de INSS, IRRF, ISS e EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, veio um saldo de 2020 de R\$ 0,00.



Em 2021, reteve durante o ano uma receita extra de R\$ 614.766,97 e despesa R\$ 614.766,97, ficando saldo devedor R\$ 0,00.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.**

Não se aplica a este demonstrativo.

### **Divulgações não Financeiras.**

Não se aplica a este demonstrativo.

### **Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

### **Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.**

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

Tamandaré, 05 de janeiro de 2022

Amaro José da Silva

Assessor Contábil

CT.CRC/PE.15.106